



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
*Colégio de Procuradores de Justiça*

**EXTRATO DE ATA Nº. 023/2011-CPJ, REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Ao segundo (2º) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e onze (2011), às nove horas (09:00h), no Plenário da Procuradoria Geral de Justiça, sito na Av. Cel. Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes o Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Presidente, e os Procuradores de Justiça, Drs. Evandro Paes de Farias, Alberto Nunes Lopes, Flávio Ferreira Lopes, João Bosco Sá Valente, Carlos Antônio Ferreira Coêlho, Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos, Suzete Maria dos Santos, Nicolau Libório dos Santos Filho, Pedro Bezerra Filho, Maria José da Silva Nazaré, José Roque Nunes Marques, Públio Caio Bessa Cyrino e Antonina Maria de Castro do Couto Valle. Ausentes, justificadamente, os Procuradores: Rita Augusta de Vasconcellos Dias (Férias, Portaria nº. 624/2011); Sandra Cal Oliveira (Férias – Portaria nº. 0706/2011/PGJ, de 30/05 a 17/06/2011); Noeme Tobias de Souza (Viagem - Portaria nº. 809/2011); Maria José Silva de Aquino (Licença Médica – Portaria nº. 748/2011/PGJ); Jussara Maria Pordeus e Silva (Viagem Of. 075.2011.7.2.1.488798.2011.19681). **I – Abertura, conferência de *quorum* e instalação da sessão:** a começar, procedeu-se à verificação de *quorum*, sendo a reunião de pronto instalada, haja vista a presença de quatorze (14) Procuradores de Justiça. Prosseguindo, o Sr. Presidente solicitou que todos se colocassem em pé e foi executado o Hino Nacional Brasileiro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
*Colégio de Procuradores de Justiça*

**II** – Leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior: por pedido do Procurador de Justiça Nicolau Libório dos Santos Filho, com a anuência de todos, foi dispensada. Leitura do expediente e comunicações do Presidente: Ofício 141.2011 CEAF, do Dr. Nasser Abraham Nasser Netto, que encaminha cópia das teses institucionais apresentadas durante o III Congresso do Ministério Público do Estado do Amazonas. Esses ofícios foram distribuídos a todos os membros do colegiado. Comunicações dos membros: A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva: Primeiramente, bom dia a todos, meus colegas deste Colegiado. Esta é a última reunião do ano e, por isso mesmo, nós sentimos que o nosso Procurador-Geral não esteja presidindo a última reunião do ano. O Presidente retoma a palavra para informa: Eu gostaria de informar, Doutora, que o Dr. Francisco Cruz pediu desculpas a todos mas ele tem uma solenidade no TCE (Tribunal de Contas do Estado) que impediu a presença dele aqui nessa sessão importante. Mas como há alguns processos pendentes e alguns processos importantes, deve haver ainda a convocação de uma extraordinária ainda para este mês e certamente pela importância contará com a presença de Sua Excelência. **A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva** continua: Bom, então a gente não sabe se realmente vai haver... então eu gostaria de desejar um Feliz Natal a todos e que... uma boa passagem de festas de final de ano a todos. E eu não estarei na primeira reunião de janeiro, porque eu estarei em Coimbra, então nós nos veremos apenas no mês de fevereiro... então eu desejo um Bom Natal, Feliz Natal a todos. E eu pedi a palavra, colegas, para retirar uma frase que eu disse há algum tempo atrás: que qualquer um poderia ser Procurador-Geral pela competência do nosso corpo técnico desta casa. Eu recebi uma notificação do Tribunal de Contas pelos poucos dois meses e meio que passei à frente da Subprocuradoria para Assuntos Administrativos com trinta itens para responder. E conversando com a Dr<sup>a</sup>. Maria José de Aquino, que já foi ordenadora de despesas da Secretaria de Justiça, ela me disse "Jussasa, alguns funcionários da Secretaria recebem apenas R\$ 1.000 (mil reais) por mês ou pouco mais. E as nossas prestações de contas de lá, a única irregularidade, não é nem irregularidade, mas apenas uma questão formal, porque foi notificada por ter sido entregue fora de prazo. Mas jamais uma lista de 30



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
*Colégio de Procuradores de Justiça*

(trinta) itens como essa: desde questão de orçamento e finanças, questão de conciliação bancária, questão de propriedade dos balanços, questão de acréscimo... falta de assinatura do contador, falta de informações de acréscimo patrimonial, requisições de combustível de carros que não constam da frota daqui, as coisas mais absurdas que se possa imaginar. E aí a gente sabe um salário dos nossos servidores aqui, a gente sabe o quanto ganham, e quando a gente está lá em cima é impossível controlar absolutamente tudo, se não, por que haveria servidores nesta casa? Coisas da Diretoria-Geral e da DA, como é que as pessoas assumem que nós é que vamos sair em busca disso? Não são eles que têm que pedir os documentos, quer dizer, se quer posse, eu digo, eu não assinei nenhum livro de posse, não me foi pedida declaração de bens, não me foi pedido nada. Quer dizer: nós que assumimos na mesma hora e começamos a trabalhar o dia inteiro aí, de noite, que tem que se preocupar com cada detalhe desse... eu estou sinceramente horrorizada, eu não nem como eu dormi de noite com uma situação como essa. O que me deixou menos preocupada foi que o Dr. Otávio, o Dr. Francisco e me parece que o Dr. Pedro, o Dr. Pedro pode me confirmar, eles teriam recebido similares e que a Procuradoria estaria preparando respostas para esses itens para que os gestores não produzissem respostas diferentes, respostas díspares. Então eu gostaria de colocar aqui que os servidores, pelos salários que ganham... não era jamais para ter uma situação como essa, que o gestor, o ordenador de despesa lá em cima tem como controlar cada uma dessas situações. Porque, se não, nós vamos lá sentar e fazer o trabalho deles! O presidente retoma a palavra: Dr<sup>a</sup>. Jussara. Apenas para esclarecimento: ontem, pela manhã, quando eu soube dessas notificações, eu reuni todas as chefias relacionadas com aqueles pedidos e, além de pedir empenho... Porque o Tribunal de Contas simplesmente fez o papel dele, nós é que erramos, e vimos errando aqui há muito tempo, porque aquelas questões já havia há cinco, seis anos atrás. E chamei a atenção de todos para que houvesse um apuro maior, para que se evitasse... porque aquelas questões que se repetem a cada ano, a cada gestor, virem novamente aqueles questionamentos é inadmissível. A partir do momento em que chega um questionamento e ele é corrigido, ele tem de ser corrigido institucionalmente! Não pode mais haver aquele erro, aquele questionamento novamente! Isso foi objeto de uma reunião, que durou a parte da manhã, pedindo esse empenho. Mas pondero a V. Ex<sup>a</sup>. que a administração está realmente providenciando... ontem foi



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
***Colégio de Procuradores de Justiça***

determinado ao Chefe do Controle Interno que fizesse o apanhado de todas as respostas a esses questionamentos, eu mencionei inclusive o do Dr. Francisco Cruz, que tinha apenas, se não me engano, 2 (dois) meses apenas e a mesma quantidade de questionamentos. E questões singelas! Não são, por exemplo, questões sobre improbidade, não, mas por falta, como a senhora falou, de uma assinatura, de colunas incompatíveis entre si, é só questão de o servidor... e isso eu pedi a todos, que chamassem a atenção do servidor para a sua importância, do serviço dele, para que todos saibam, da pessoa que varre ao Procurador-Geral, da importância que ele tem nessa cadeia. E a resposta a esse questionamento, o Tribunal de Contas deu 15 (quinze) dias, eu espero cumprir esse prazo sem precisar pedir uma dilação maior. A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva continua: Mas aqui é preciso pedir prorrogação de prazo, porque há itens subjetivos que eles têm que explicar ou dar cópia do relatório de inspeção. Explico por quê: um dos itens diz: solicitadas as folhas de pagamento de outubro e novembro de 2010, foram constatados acréscimos de subsídios a membros do Ministério Público, tais como, vantagem pessoal, gratificação por exercício de cargo e acumulação de função, abono de permanência, de acordo com a lei que fixa o subsídio de... O Presidente retoma a palavra: Não é tão difícil explicar isso, Dr<sup>a</sup>. Jussara. Quando da inspeção, foi dito aos inspetores – e são neófitos, são inspetores recém-aprovados pelo Tribunal de Contas que vieram – que ao entedimento deles o subsídio do membro do Ministério Público é só aquela que está na lei três mil, eles se esqueceram de ver as demais que constam na Lei Orgânica. A Procuradora de Justiça Jussara Pordeus e Silva continua: Mas quando eu digo a V. Ex<sup>a</sup>. que é preciso pedir prorrogação de prazo para esclarecimentos, é porque eles tinham que apontar quem recebeu irregularmente e o que recebeu. Eles não podem dizer genericamente que a folha de pagamento tem irregularidades, como se defender disso? Ademais, eu quero deixar aqui registrado e gravado que o Procurador-Geral nunca me deu acesso a essas folhas de pagamento, eu apenas assinava os documentos, ele despachava a portas fechadas com a [Diretora-Geral] Adelina a portas fechadas. Outra coisa: sei que há coisas que o Tribunal de Contas coloca que nós vamos responder que... por exemplo, está me responsabilizando por questões do Fundo, enquanto eu não era ordenadora de despesas do Fundo, o Sub não é ordenador de despesas do Fundo, quem é ordenador de despesas do Fundo é o Procurador-Geral. Então é claro que existem coisas aqui que não são de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
*Colégio de Procuradores de Justiça*

minha responsabilidade e eu posso ficar tranquila, como por exemplo questões de balanço: balanço só foi feito nos primeiros meses do ano seguinte, quando eu não estava mais no cargo. Então claro que há situações sobre as quais eu não era responsável, mas que demandam a chamada desses servidores, porque isso é um show de incompetência, pelo amor de Deus! E questões que estão sendo repetidas, como me disseram que há dois anos que não se faz esse ACP. Está aqui: ausência de informe no sistema ACP. E me disseram que há dois anos que isso não é feito. Não é feito por quê? Essa é a pergunta. Então, ora, se a pessoa não faz, não cumpre suas obrigações, que dê o lugar para outra fazer. Porque isso para mim é um total show de incompetência. E quero dizer que encaminhei um ofício à Relatora do processo de prestação de contas do exercício de 2010, Dr<sup>a</sup>. Antonina, com cópia de tudo isso aqui, porque enquanto isso tudo aqui não for esclarecido, a prestação de contas não tem como ser aprovada por este Colegiado. Então considero que tem de ser esclarecido item por item, a resposta... O Presidente retoma a palavra: A resposta, a administração dará resposta a cada item deste que foi colocado pelo Tribunal de Contas. Já iniciei ontem, sem haver resposta alguma, porque recebi ontem essa notificação... já reuni todos e pedi esse empenho. É claro que ao final, quando a administração tiver essas respostas objetivas sobre cada posicionamento daquele, claro que dará conhecimento a todo o Colegiado e à senhora Relatora também. E aos servidores, tomará, pelo menos da minha parte, tomará as medidas que forem cabíveis. Porque a sua indignação é a minha, porque esse relatório fica de mão em mão. Olha só o Ministério Público, que quer apontar o dedo na cara dos demais gestores, e o Ministério Público? Daí a forma incisiva com que eu tratei esse assunto. Porque é sério. A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva continua: Eu fui Promotora da Fazenda Pública Municipal por 13 (treze) anos e recebia todos os relatórios de Prefeitura, e também como Assessora do Procurador-Geral, que fui por mais de 6 (seis) anos, recebia dos prefeitos do interior, eu nunca vi um descalabro desse aqui. Pelo amor de Deus! Agora imagine o fiscal de todos os gestores, o Ministério Público numa situação dessa daqui. Eu não me sinto responsável por absolutamente nada do que está aqui, porque isso aqui não é o ordenador de despesa que controla pessoalmente, é impossível, a não ser que sentemos na mesa do responsável pelo patrimônio, pelo responsável por orçamento e finanças, e façamos o trabalho deles. E sentemos na DA, e sentemos em todos os lugares e façamos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

o trabalho deles. O presidente retoma a palavra: Estamos juntos nesse posicionamento. O seu posicionamento é o meu posicionamento também. **O Presidente passa então a palavra ao Procurador de Justiça José Roque Nunes Marques:** Primeiramente, bom dia a todos. Assim como a Dr<sup>a</sup>. Jussara, eu gostaria de desejar a todos um Feliz Natal, que o espírito de Deus atinja os nossos corações, que cada um transforme 2012 num ano muito especial. Lamentavelmente, Dr. Hamilton, só para completar a informação, quando você passa mais de 30 (dias) num cargo, você passa a ser herdeiro de todos os problemas. Basta assinar uma vez para que na próxima notificação o seu nome esteja incluído. Isso é terrível, mas leva também a uma reflexão de nossa parte, a um aprendizado. Eu tive uma pessoa próxima a mim que também recebeu uma notificação, só tem um problema: ela administrava a Secretaria de Educação do Estado, ela era Secretária-Executiva, com 35 (trinta e cinco) mil servidores. Como é que você controla 35 (trinta e cinco) mil servidores? É o Secretário o responsável por tudo? Eu me lembro que eu assisti a uma entrevista com a Rosenbauer, que era Secretária de Educação de Estado de São Paulo, no programa Roda Viva, e ela sendo bombardeada por todos os lados disse: "o Secretário tem seu limite. Nós temos todos os programas e todas as organizações, nós esperamos que cada segmento faça a sua parte. Aí alguém perguntou quantos servidores tinha a Secretaria. Alguém aqui faz idéia? Há mais de anos atrás, tinha 300 (trezentos) mil. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo possuía 300 (trezentos) mil servidores. Os senhores imaginam que ela passa a ser responsável por todos os acertos e desacertos. Então é bom que a gente amadureça, e não estou aqui querendo responsabilizar os servidores da casa, mas que nas nossas ações também saibamos responsabilizar os efetivamente responsáveis pela conduta. Para que não transforme alguém naquele que deva ser crucificado, quando na verdade existe todo um processo a ser estabelecido. Mas, Excelência, eu pedi na verdade o tempo para informar que eu estou aqui apresentando uma proposta e o faço agora diretamente para este colegiado e principalmente ao Presidente do Conselho da Medalha deste Ministério Público e vou fazer uma leitura muito simples, é uma paginazinha rápida: *Senhor Procurador Geral, Presidente do Conselho da Medalha, Colegas Procuradores de Justiça integrantes do Conselho. Segundo Aristóteles: "A grandeza não consiste em receber honras, mas sim merecê-las". Ser um merecedor pelo que se faz aos olhos dos outros é uma ótima forma de reconhecimento! No entanto,*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

*grandeza ainda maior, é reconhecer o mérito no outro. É com esse sentimento, Senhores Procuradores, e por Justiça, faço a indicação para ser agraciada pela Medalha Mérito do Ministério Público do Estado do Amazonas, a DRA. ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS, ex-Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas e, atualmente, é Subprocuradora Geral da República, com atribuições junto ao Superior Tribunal de Justiça, na forma do Artigo 3º do Ato PGJ 044/2001, do Procurador Geral de Justiça. A Colega é um exemplo raro de profissional competente, determinada e corajosa, que percorreu integralmente a carreira do Ministério Público Estadual e Federal. Como Promotora de Justiça deste Estado, de julho de 1978 a dezembro de 1989, exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas cidades de Boca do Acre/AM, Parintins/AM, Manaus e o de Procurador de Justiça do Amazonas, após ser promovida por merecimento. Nesse espaço de tempo ocupou diversas funções, como as de Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, de Secretária-Geral e Chefe de Gabinete. Ingressou na carreira do Ministério Público Federal em 13 de dezembro de 1989, quando foi nomeada para o cargo de Procuradora da República, com lotações na Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, na Procuradoria da República no Distrito Federal, e, após promoção por merecimento, na Procuradoria Regional da República da 1ª Região e, atualmente, após ser novamente promovida por merecimento em dezembro de 2009, ocupa o cargo de Subprocuradora-Geral da República. Senhores Procuradores de Justiça, a Dra. ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS, dignificou e ainda dignifica o Ministério Público do Estado do Amazonas, ainda que não integre mais os nossos quadros. No corpo daquela grande mulher corre sangue do Ministério Público deste Estado, onde aprendeu a cultura dos índios porque conviveu com eles e a falar de caboclo porque vivenciou suas dificuldades nos beiradões do nosso interior. Portanto, eu apresento a este colegiado, que se investe também na condição de colegiado do Conselho da Medalha, o nome da Dr<sup>a</sup>. Elizeta para a apreciação de todos. É uma colega que é um caso raríssimo, porque ela percorreu integralmente as duas carreiras, ela chegou agora ao ápice, agora, da carreira do Ministério Público Federal, é uma colega que, ainda que eu tenha tido com ela pouco tempo de convívio, é um espelho de para todos nós. Eu nunca me esqueci daquele caso dos menores desaparecidos que envolvia delegados de polícia – daquele tamanhinho, pequeno, mas de uma coragem e de uma*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

competência extraordinários, tanto é que ela sempre colocada como pessoa de destaque no meio do Ministério Público, eu não tenho dúvida de que corre sangue ministerial naquele corpo franzino. Então eu exponho aqui aos colegas, não sei se haverá a possibilidade de manifestação ainda neste momento ou a indicação de um relator para a matéria, mas eu exponho aqui para a apreciação de todos. O Procurador de Justiça Carlos Antônio Ferreira Coêlho pede a palavra, no que é atendido: Senhor Presidente, eu entendo que esse caso pode inclusive ser deliberado na sessão de hoje. No entanto, até por uma questão de sistematização dos casos a serem deliberados, nós ficaríamos então para deliberar por último ponto, se não houver objeção dos colegas. Eu acho que todos nós aqui conhecemos a Dr<sup>a</sup>. Elizeta e acredito que já no momento adequado, colocando como último item da pauta, nós poderíamos deliberar sobre o assunto. Finalizada a fala do Procurador, o Presidente então pergunta: Todos de acordo? Após a anuência dos demais, o Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente se pronuncia: Não, não estou de acordo. Nós temos que seguir o regimento. Sou amplamente favorável, eu louvo, mas nós temos que seguir o regimento. Indicação de relator, como é que se vai julgar se é indicação de um relator? Quem é que vai ser o relator? A Dr<sup>a</sup>. Elizeta não gostaria que a indicação dela fosse feita dessa maneira. Então, obedeça-se o regimento, não interessa qual seja o assunto submetido a este colegiado – regimento, relator, pauta –, essa é minha opinião, embora eu já possa antecipar minha manifestação favorável à indicação. O Presidente retoma a palavra: Dr. Roque, nós poderíamos incluir este requerimento nessa extraordinária, apenas para seguirmos o regimento. O Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente faz um comentário: A Dr<sup>a</sup>. Elizeta tem boa saúde, não tem pressa de conseguir a medalha para ela, não. O Presidente completa: É uma questão de poucos dias. O Procurador de Justiça José Roque Nunes Marques retoma a palavra: Não há dificuldade nenhuma, apenas... a questão toda é que... eu creio que o Ministério Público está para fazer a entrega da medalha do Ministro Herman Benjamin, eu acho que seria uma boa oportunidade para reunirmos... tem de ver para quando está prevista essa entrega. É março? [após a Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré informar o mês em *off*], ao que o Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente pergunta se a proposta havia passado pelo Colégio de Procuradores. O Presidente informa: No início de dezembro, ficou para o início de dezembro ser outorgada a medalha [O Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

pergunta mais uma vez em *off* se a proposta de outorga da medalha do Ministério Público havia passado pelo Colégio de Procuradores] O Procurador de Justiça José Roque Nunes Marques responde a pergunta: Eu creio que já tem cerca de quatro anos, eu creio que tem até mais de cinco... Quanto tempo, a indicação [A Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré, após confirmar de que se tratava do Ministro Herman Benjamin, informa que a proposta de outorga da medalha do Ministério Público a ele aconteceu na gestão do Procurador-Geral de Justiça Vicente Augusto Cruz de Oliveira] Sim, foi na gestão do Dr. Vicente. O Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente comenta: Se a do Herman levou três anos para entregar, a da Dr<sup>a</sup>. Elizeta pode esperar. O Procurador de Justiça José Roque Nunes Marques completa: Não, era só para haver uma solenidade, não há dificuldade nenhuma. O Procurador de Justiça Nicolau Libório dos Santos Filho pede a palavra, no que é atendido: Eu observar aqui o art. 347, que fala da medalha. O art. 347 da nossa lei diz *Fica criada a medalha do Ministério Público do Estado do Amazonas, cuja concessão será regulamentada por ato do Procurador-Geral de Justiça*. E essa regulamentação a gente tem que observar, a forma de concessão, para não atropelá-la. O Procurador de Justiça José Roque Nunes Marques retoma a palavra: Foi. Foi regulamentada. Na verdade, não é matéria do Colégio, é um conselho especial, é um Conselho da medalha, específico, não é nenhum conselho do Colégio... do qual todos nós somos integrantes, tanto é que eu me dirigi ao Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho da Medalha... O Presidente, por sua vez, retoma a palavra: O Conselho da Medalha é composto por todo este colegiado, é só uma questão de denominação. Mas Dr. Roque, eu acredito que não vai haver nenhum prejuízo na concessão da medalha, na mesma oportunidade em que vai ser outorgada ao Dr. Herman Benjamin, ao Ministro Herman Benjamin. Tudo certo? Então a proposta vai ser distribuída a um relator, do qual pediremos a devida pressa, o entendimento do colega será trazido na próxima reunião extraordinária desse Egrégio Colégio de Procuradores. A Procuradora de Justiça Antonina Maria do Couto Valle pede a palavra, no que é atendida: Bom dia a todos. Senhor Presidente, apenas para fazer uma comunicação e um pedido. Comunicar que se encontram sob minha relatoria os autos da prestação de contas. Recebi realmente um ofício da Dr<sup>a</sup>. Jussara, tomamos algumas providências, em relação a isso e temos certeza de que apenas foi questão burocrática, porque em relação a algumas situações, não só em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
***Colégio de Procuradores de Justiça***

relação à Dr<sup>a</sup>. Jussara, mas em relação a outros colegas que passaram pela SubAdm, pela Subprocuradoria, pela Procuradoria-Geral, nos meses de outubro a dezembro de 2010. São erros de alguns servidores, pequenos erros, mas que... eu entendo a situação da Dr<sup>a</sup>. Jussara, causa constrangimento a quem recebe e é assinalado um prazo para a resposta por atos até que você ignora... eu me solidarizo com a Dr<sup>a</sup>. Jussara e os demais. Em relação à prestação de contas, segundo a nossa lei, é determinado que seja sempre na próxima sessão. Recebemos o processo há um mês, Excelência. E devido a algumas dúvidas – houve dúvidas – então, em face dessas dúvidas, nós oficiamos alguns setores daqui mesmo, desta Procuradoria. E nós ainda reiteramos e alguns ofícios ainda estão chegando. Mas desde já solicito a V. Ex<sup>a</sup>. Para que coloque numa pauta de uma extraordinária, até porque só de relatório nós temos 27 (vinte e sete) laudas. Então já se torna até um pouco cansativo, numa pauta extensa como a de hoje, nós debatermos esse assunto. O Presidente informa: Será incluído, Doutora, na pauta da próxima reunião extraordinária. E a Subprocuradoria, com a devida brevidade e a urgência, vai remeter à senhora a resposta que o setor de Controle Interno nos encaminhará para posterior encaminhamento aos Procuradores que foram notificados pelo Tribunal de Contas. A Procuradora de Justiça Antonina Maria do Couto Valle retoma a palavra: Porque nós tomamos conhecimento exatamente ontem do ofício da Dr<sup>a</sup>. Jussara... O Presidente completa: Também, até a Subprocuradoria recebeu ontem. A Procuradora de Justiça Antonina Maria do Couto Valle completa: Então não vamos incluí-los, todos esses procedimentos, e assim que for designada uma sessão extraordinária, nós queremos que seja comunicado com antecedência, para podermos incluí-los. O Presidente informa: Será incluído. A Procuradora de Justiça Antonina Maria do Couto Valle diz: Muito Obrigada, é apenas isso. O Procurador de Justiça Públio Caio Bessa Cyrino toma a palavra com a anuência do Presidente: Inicialmente, eu gostaria, só retomando a preocupação da Dr<sup>a</sup>. Jussara, reforçada pelo Dr. Roque e os demais, alertar para uma questão: nós já discutimos aqui, se não me engano 2 (dois) ou 3 (três) projetos, que já foram relatados, a respeito da criação de novos cargos para a atividade-meio, como engenheiro e outros. E, até onde eu tenho conhecimento, nós temos uma deficiência no quadro de técnicos, razão pela qual o Controle Interno, que é fundamental para evitar esse tipo de situação que a Dr<sup>a</sup>. Jussara está enfrentando agora, está se desdobrando, porque nós sabemos que o nosso



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

colega que atua no Controle Interno na verdade também faz parte da discussão do orçamento, do DPLAN, de uma série de coisas. Então ele canta ou ele assovia. Então a gente tem que qualificar bem, nós estamos discutindo aqui vários projetos, por isso que eu pedi aqui que em outras situações, dentro do possível, se retirassem de pauta, se amadurecessem, se discutissem, para ver efetivamente qual é a nossa prioridade em criar cargo mediante concurso público e etc. por conta disso. Mas a minha inscrição não foi exatamente sobre isso, não. Última reunião do Colégio de Procuradores de 2011: eu, há quatro meses, venho requerendo aqui neste colegiado que seja trazido para cá a proposta da lei orçamentária de 2012. Acabou o ano, a lei não veio. Nós falamos aqui de transparência, sempre, de construir em conjunto essa instituição, e vamos votar em extraordinária, e já cantei essa pedra antes de sair de férias, voltei de férias: nós vamos aprovar a lei orçamentária feito vaquinha de presépio, desculpe a expressão grosseira, porque não haverá tempo. No momento que se apresentar essa lei... era do meu interesse, e acredito que de todos, debatê-la, ver as prioridades do Ministério Público, e não simplesmente fazer do orçamento uma reprogramação do que tinha do ano passado, a projeção de cálculos em valores, não. Queremos um orçamento participativo, um orçamento-programa, que é aquele que a gente debate quais são as prioridades do Ministério Público para a alocação de recursos. Mas o que vai acontecer, porque eu cantei a pedra há quatro meses: nós vamos ser chamados para uma reunião extraordinária, porque a Assembleia Legislativa vai ter que votar o orçamento até dezembro, nós temos que enviar ao Palácio, ao Governo, e aí nós vamos votar isso "Sim, senhor, sim, senhor" e acabou-se, porque não vai dar tempo. Se alguém pedir vista para debater, acabou o ano. Então a minha preocupação, porque eu sei das dificuldades para tratar com Sefaz, para tratar com Governo, para fechar, é difícil, mas pelo menos a proposta, Excelência, poderia ter sido trazida, e a gente, *ad referendum*, para umas questões que fossem, talvez que não fossem aprovadas lá na Sefaz, na negociação política, estaria referendado, mas o grosso teria sido debatido. Não precisava dizer *Não, mas é porque a Sefaz ainda não fechou isso, ainda não fechou aquilo*. Ora, nós precisamos discutir o orçamento a partir das nossas metas, não as nossas metas a partir do orçamento. Mas, infelizmente, em mais um exercício nós vamos cometer esse erro: nós vamos começar 2012 com um orçamento do qual nós não participamos, o qual nós não discutimos, e vamos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

ter que ficar emendando, remanejando, naquilo que for possível fazer. Então eu quero apenas registrar que há quatro meses, V. Ex<sup>a</sup>. ainda não estava como Procurador de Justiça, e então eu invoco o testemunho de todos, há quatro meses eu venho reiteradamente requerendo para que seja apresentado aqui, para a discussão do colegiado, o orçamento, o que não se fez. Acabou o ano. Eu me recuso a vir discutir em extraordinária para aprovar no mesmo dia. Eu me recuso, para vir aprovar no mesmo dia um orçamento que eu não tive tempo de ler, de debater com meus pares. Eu acho isso um desrespeito ao colegiado. Não é um presidencialismo a la Hugo Chavez, não. Nós temos aqui um colegiado que sabe pensar, que é inteligente, que tem interesse em construir conjuntamente com a instituição que estiver no momento a nossa instituição. E então eu me recuso [a vir] a próxima reunião extraordinária se estiver em pauta discutir orçamento do Ministério Público, porque eu acho um desrespeito com a minha inteligência e à minha pessoa enquanto membro do Ministério Público. O Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente pede a palavra, no que é atendido: Senhor Presidente, eu não vou me recusar, não. Eu vou pedir vista dos autos, só isso. Quando vier, porque eu não conheço, preciso conhecer. Se seguir essa trajetória, se vier, porque nunca veio, eu já decido que vou pedir vista dos autos. O Procurador de Justiça Carlos Antônio Ferreira Coêlho pede a palavra, no que é atendido: Senhor Presidente, apenas uma colocação que evidentemente vai ter que ser feita por causa da leitura que a classe fará em relação a essa postura do Colégio, uma vez que o art. 29, em seu inciso IV, não estabelece qualquer discricionariedade por parte do chefe da instituição em apresentar essa proposta para discussão no Colégio. A redação é de uma clareza solar. Ipsi litteris, estabelece o inciso IV *Elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público, submetendo-a – ou seja, a redação é de conteúdo imperativo – submetendo-a ao Colégio de Procuradores para encaminhá-la diretamente ao Governo do Estado*. Os problemas todos já foram todos muito bem levantados pelo Dr. Públio Caio; com inteira razão, o Dr. Bosco, para se inteirar do assunto, já disse que irá pedir vista dos autos. A minha preocupação é de como a classe irá receber isso aí, ou seja, de que o Colégio está criando óbice para a administração, quando não é isto, é exatamente o inverso. O Dr. Públio Caio já fez essa proposta, como disse, há quatro meses, proposta essa que foi reiterada por vários integrantes desse sodalício ministerial, inclusive eu já cheguei a fazer essa colocação. Então a minha colocação vai ser em relação aos problemas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

que certamente existirão com a demora dessa questão de ordem relevante para a instituição e que a classe seja informada de uma forma deturpada – de que o Colégio criou obstáculo para a boa administração. É esta a minha preocupação. O Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente pede a palavra, no que é atendido: Eu gostaria de encaminhar uma questão. Diante da pertinência do que foi colocado acerca do orçamento e sobretudo sobre o respeito que o colegiado meredce e não tem tido nessa e em outras questões, eu gostaria de encaminhar que este colegiado delibere pedir informações acerca desta matéria ao Procurador-Geral, por que isso não está sendo encaminhado, sob pena de ele ser processado por crime de responsabilidade, porque está na lei. Está na lei que atribui a este colegiado conteúdo interno: qualquer recusa do Procurador[-Geral] caracteriza crime de responsabilidade. É simples. Aplica a lei e pronto. O Presidente se pronuncia: Eu também gostaria de me posicionar sobre isso. Eu também concordo com o que foi dito aqui. Eu também não vejo nenhum obstáculo, nenhuma razão para não ter isso não ter sido trazido a tempo, isso para deliberação do Colégio. O orçamento é um documento público que é aprovado pela Assembleia, que depois está todo publicado, mas que antes tem que passar por aqui. Eu não vejo por que... Eu vou procurar me inteirar, porque como falou o Dr. Públio, eu não estava Procurador de Justiça, muito menos Subprocurador, quando essa questão deveria ter passado em tempo oportuno pelo Colégio. Agora tenho uma informação aqui que me foi passada pela Secretária-Geral que foi repassado através de ofício a cada um dos membros. Enquanto o Procurador de Justiça Públio Caio Bessa Cyrino diz em *off* que foi o PPA e não o orçamento, a Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré intervém: PPA, Excelência. Como PPA, em outubro como Plano Plurianual. A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva comenta: Até um estagiário faria um PPA melhor do que aquele, ridículo aquele PPA. É vergonhoso, vergonhoso aquele PPA. O Presidente retoma a palavra: Não, eu vou me inteirar, porque não passam pela minha cabeça as razões para que um simples orçamento não passe por aqui. Já que a lei diz que tem que passar pelo Colégio de Procuradores, que venha, que seja discutido, que seja feita toda a deliberação que é cabível. Já tendo pedido anteriormente a palavra, no que foi preterida, Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré reitera: Excelência, já vai me facultar a palavra? Ou tem que se tomar a palavra [rindo]? O Presidente responde: Vou sim [rindo]. Eu só gostaria de trazer esse esclarecimento de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
***Colégio de Procuradores de Justiça***

que vou trazer, sim, ao Colégio, e, continuando Subprocurador-Geral, isso é uma regra minha, eu não vejo por que não trazer. À Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré é facultada a palavra: Bem, finalmente. Eu acredito que tem que haver uma ordem na sessão, que seja indagado, na ordem de antiguidade... O Presidente intervém: Não, Dr<sup>a</sup>. Maria José, é pela ordem de inscritos. A Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré: Mas assim nem todos levantam a mão, há pessoas que ficam fazendo do aparte discurso... O Presidente informa: Todos que falaram levantaram a mão... A Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré continua: É só para informar que a Dr<sup>a</sup>. Aquino não se encontra aqui porque ela não estava bem, ela passou mal, a Dr<sup>a</sup>. Yonara ligou para ela e soube que ela está sendo medicada, por problema de pressão alta ou algo similar, por isso já estou justificando a ausência. Bem, mas voltando aos temas tão importantes que foram debatidos, eu concordo em gênero, número e grau com o Dr. Públio Caio, com o que disse o Dr. Carlos Coêlho, também, o Dr. Bosco. Mas acredito que hoje ainda é dia 02 (dois), aí vou fugir um pouquinho do orçamento pronto e acabado. Eu acredito que o orçamento a ser aprovado não vá ser fabricado em um dia ou dois, nas vésperas da famosa reunião extraordinária, na qual, como disse o Dr. Públio Caio, espera-se que nós sejamos vaquinhas de presépio a balançar a cabeça e tudo bem. Então já deve estar sendo elaborado. Então eu tenho uma proposta, depende de como a administração recebe, que pode tentar equacionar isso: que hoje, na forma como estiver o orçamento, meio acabado, semiacabado, ou então com um papel informando que não foi iniciado, que seja encaminhado ao gabinete de cada Procurador. Nós pedimos hoje, eu estive na reunião de setembro, e foi quando o Dr. Caio já cobrou o orçamento, e foi também o Plano Plurianual, e na primeira reunião do colegiado, eu participei, eu estava aqui, eu vi quando foi cobrado, e depois disso foi encaminhado o PPA para cada gabinete – realmente já tinha sido encaminhado. O orçamento, nós sabemos que é uma coisa que não vai ser feita em dois, três dias, nas vésperas da reunião. Então, Senhor Presidente, eu solicito que a administração demonstre um mínimo de boa vontade e respeito para com este colegiado e encaminhe, na forma como estiver, o rascunho, o que já tiver feito até agora. Eu acho que é uma proposta que pode ser atendida, porque depende tão-somente de boa vontade. E pelo menos nós saberemos em que pé estão as coisas. O Presidente retoma a palavra: Só um esclarecimento: acabo de receber uma manifestação da Dr<sup>a</sup>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

Silvana Mendonça Pinto dos Santos nos autos de proposta orçamentária do ano de 2012. Os senhores haviam me dito que ninguém recebeu, que o Colégio não recebeu... O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino diz em *off Não. Aqui, não. O orçamento, não. Só o PPA*. O Presidente continua: Não, Senhor. O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino responde em *off Sim, Senhor*. O Presidente continua: [lendo a referida manifestação] Tratando do Plano Plurianual 2012-2015 e Proposta Orçamentária para o ano de 2012. O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino diz: Falsidade ideológica, Excelência, a não ser que ela tenha recebido, ela tem que trazer... A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva toma a palavra: Não, não. Eu tenho até um esclarecimento a fazer: aquela lei, aquela proposta de criação de cargos, de técnicos-jurídicos, que demorou 2 (dois) meses para eu trazer, foi porque ninguém dava informação sobre esse orçamento. Como é que nós podíamos trazer e aprovar a criação de cargos se não tínhamos o orçamento. Não foi encaminhado. O PPA já estava conosco há muito tempo e eu pedindo o tempo todo o orçamento porque a gente não podia aprovar cargos aqui. Foi encaminhado a mim, eu tenho provas, porque está nos autos, ele inacabado. Inacabado. O Presidente retoma a palavra: Os autos que eu tenho e que foram distribuídos nesse colegiado... já se manifestaram Dr. Evandro Paes de Farias, Dr<sup>a</sup>. Rita Augusta de Vasconcellos Dias, Dr<sup>a</sup>. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos, eu peço esclarecimento. O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino pergunta: Então está sendo distribuído individualmente o orçamento? O Presidente responde: Não, Doutor... O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino continua: Porque eu não recebi... [Outros Procuradores falam em *off* o mesmo e a Procuradora de Justiça Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos também dá explicações em *off* – parte inaudível] O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino pergunta: Anteontem, Excelência, anteontem? O Presidente responde: Não, Doutor. Já passou pelas mãos do Dr. Evandro, nas mãos da Dr<sup>a</sup>. Silvana é que chegou antes de ontem. O Procurador de Justiça Público Caio Bessa Cyrino pergunta: Excelência, vamos ser bem práticos. Regimentalmente, como é que funciona isso? *Ad argumentandum*, vamos dizer que há um relator. Se o relator não se sente em condições, ele redistribui. *Ad argumentandum*. Agora por que está passando por um, dois, três, o Colégio virou individual. Um colegiado individual? Isso é um paradoxo. O Presidente retoma a palavra: Dr. Público Caio, me permita. O Senhor está se imiscuindo, me desculpe, dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
***Colégio de Procuradores de Justiça***

Procuradores que passaram por aqui. O Procurador de Justiça Públio Caio Bessa Cyrino diz: Não, eu estou apenas... Então eu sou mentiroso, porque V. Ex<sup>a</sup>. está dizendo que nós recebemos e eu não recebi. O Presidente continua: Veja bem, Excelência. Se o Colégio de Procuradores recebeu um documento e está aqui. [Um Procurador de Justiça pergunta em *off* *Quem é o Colégio?*] O Presidente responde: Foi distribuído na forma regimental a um relator. Eu, na condição de relator de um caso desses, dessa importância, o que faria eu, eu, Hamilton? Eu distribuiria, eu, relator, distribuiria a todos os membros do colegiado que no fim votarão, com antecedência, porque, como falou a Doutora, são 150 (cento e cinquenta) páginas. Então vamos fazer um *mea culpa*. O Procurador de Justiça Públio Caio Bessa Cyrino responde: Eu não tenho *mea culpa* nenhum a fazer. Eu não tenho *mea culpa* nenhum a fazer. Eu estou há quatro meses pedindo isso.